

Mulher e identidade profissional: processos educativos, relações sociais de sexo e o mundo do trabalho

Women and professional identity: educational processes, social relations of sex and the world of work

Recebido: 08/06/2021 | **Revisado:** 11/10/2021 | **Aceito:** 11/10/2021 | **Publicado:** 23/12/2021

Thiago Eduardo Freitas Bicalho
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3289-1955>
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG
E-mail: thiagoebicalho@gmail.com

Myrrna Lorena Figueredo Almeida
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7707-4321>
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG
E-mail: myrnnalorena@gmail.com

Eliane Kelli Gaudêncio
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0978-9955>
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG
E-mail: elkegaudencio@yahoo.com.br

Ailton Vitor Guimarães
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9081-9324>
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG
E-mail: vitor.guimaraes@cefetmg.br

Como citar: BICALHO, F. E. T.; et al., Mulher e identidade profissional: processos educativos, relações sociais de sexo e o mundo do trabalho. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 21, p. 1 – 16, e12656, Dez. 2021.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

O objetivo deste artigo é evidenciar como os processo educativo, a relação entre os sexos e a participação da mulher no mundo do trabalho contribuem para a construção de uma nova identidade social da mulher. Optou-se por uma pesquisa qualitativa de natureza teórica. Por meio destes ensaios teóricos aponta-se contribuições para uma nova identidade social da mulher. De acordo com os resultados pode-se concluir que o processo educativo, através da descolonização do currículo, contribui com a formação da consciência crítica em relação às estruturas de dominação e exploração da sociedade capitalista e possibilita a formação de uma nova identidade social da mulher. A participação da mulher no mundo do trabalho mostra a necessidade de subverter as identidades através de um esforço coletivo.

Palavras-chave: Trabalho; Projetos educacionais; Divisão sexual do trabalho; Relações sociais de sexo; Identidade.

Abstract

The purpose of this article is to show how the educational process, the relationship between the sexes and the participation of women in the world of work contribute to the construction of a new social identity for women. We opted for a qualitative research of theoretical nature. Through these theoretical essays, contributions to a new social identity of women are pointed out. According to the results, it can be concluded that the educational process, through the decolonization of the curriculum, contributes to the formation of critical awareness in relation to the structures of domination and exploitation of capitalist society and enables the formation of a new social identity for women. The participation of women in the world of work shows the need to subvert identities through a collective effort.

Keywords: Work; Educational projects; Sexual division of labor; Social sex relations; Identity.

1 INTRODUÇÃO

Ocorre no mundo contemporâneo ocidental um conjunto de mudanças que coloca a necessidade de um novo olhar para a formação social estabelecida e as identidades que emergem desse contexto. Com as mudanças societárias, a educação se insere nos processos formativos dos sujeitos como uma instituição que contribui para legitimar ou deslegitimar as construções sociais produzidas, dentre elas as identidades sociais.

As formas de compreender o ser humano no seio das relações sociais passam pela dimensão do trabalho, uma vez que sua essência constitui-se no trabalho e no que é produzido por ele (ALBORNOZ, 1994). O trabalho, no entanto, se entendido na ótica produtiva de mercadorias no trânsito das relações capitalistas de produção iniciadas (e difundidas) após a revolução industrial, aponta para uma perspectiva na qual a constituição do humano torna-se ela mesma uma mercadoria a mais.

A industrialização, no caso do Brasil, acontece de forma tardia em comparação a outros países e, dentro do próprio país, de forma desigual, sendo que em algumas regiões esse processo mostrou-se ainda mais tardio. Independente do momento, um dos importantes elementos ao longo da industrialização foi a utilização da força de trabalho feminina na transição entre a mão de obra escravizada e a assalariada ou do trabalho rural/manufatureiro para um urbano/industrial (BOENAVIDES, 2017).

A presença das mulheres no mundo do trabalho evidencia um processo de lutas que, particularmente, aponta para o protagonismo dos movimentos feministas na ocupação dos espaços produtivos de trabalho. É comum nos estudos que relaciona a mulher ao trabalho termos a exploração do trabalho assalariado sendo tratada em campos separados no que diz respeito à opressão do masculino sobre o feminino (FREITAS; SILVEIRA, 2007).

A dicotomia entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo seria a chave para compreender as identidades sociais que foram forjadas, historicamente,

uma vez que elas estão profundamente ligadas, sendo a esfera da exploração econômica o momento em que ambas atuam juntas, ou seja, em que o poder dos homens sobre as mulheres é exercido simultaneamente - pela exploração tanto econômica como de gênero (FREITAS; SILVEIRA, 2007: 14).

As identidades sociais são forjadas nesta perspectiva relacional entre os sexos e, de forma geral, impõe-se às mulheres uma identidade rígida, pautada em uma construção masculina. Nesse processo, como os processos educativos, a relação entre os sexos e a participação feminina no mundo do trabalho contribuem para a construção de uma nova identidade social da mulher?

Esta é a questão que orienta a trajetória do estudo. Considerando estudos feministas já produzidos, o estudo busca evidenciar o modo como os processos educativos, no âmbito de construções que sempre foram, essencialmente masculinas, foram moldando a participação feminina no mundo do trabalho, e de que maneira essa participação e as lutas inerentes a ela contribuíram (ou não) para a construção de uma

nova identidade social da mulher. Nessa direção, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca de estudos que teriam como objeto central a importância dos currículos educacionais na formação das identidades sociais. Feito isso, apresenta-se uma incursão nas relações sociais de sexo/gênero no mundo do trabalho e a construção da identidade da mulher no trabalho. Busca-se, assim, apontar possíveis contribuições aos processos de constituição e de interpretação de uma nova identidade social da mulher.

2 PROCESSOS EDUCATIVOS: O CURRÍCULO EM DISPUTA

A problematização das relações entre mulher e identidade profissional nos coloca diante das perspectivas de formação humana e de concepção educacional, nessa direção, além de abrir o debate em torno das disputas existentes nesse âmbito.

A raiz da produção do conhecimento, como aponta Arroyo (2014), está na tentativa de entender as grandes experiências humanas no trabalho, na sobrevivência, nas relações com a natureza, com as doenças e no viver-conviver na sociedade. Essas relações atravessam os processos educacionais e de formação e, nela, o ser humano, historicamente, veio se tornando não somente um ser finito, inconcluso, imerso em um permanente movimento de busca, mas um ser consciente de sua finitude. Um ser que, vocacionado para ser mais, pode, historicamente, contudo, perder seu fio condutor e, distorcendo sua vocação, desumanizar-se. A desumanização, por isso mesmo, não é vocação mas distorção da vocação para o ser mais. (FREIRE, 2001)

A constituição desse ser humano passa pela constituição das identidades, que são construídas, socialmente e, muitas vezes, confrontadas, uma vez que as relações de poder e as desigualdades forjam identidades conflitantes no âmago da sociedade. Nesse contexto, a educação, a educação formal e a escola, como conhecemos na contemporaneidade, constituem uma das esferas sociais nas quais as identidades sociais - definidas pelas diferentes divisões sociais - são forjadas e produzidas. E é nessa esfera, que o ser humano jamais para de educar-se, e não necessariamente, numa certa prática educativa de escolarização, decerto bastante recente na história, como a entendemos (FREIRE, 2001, p. 13).

A importância do papel interferente da subjetividade na história, continuaria Freire (2001), coloca, de modo especial, a importância do papel da educação. É impossível pensar a educação de forma neutra, já que os valores da prática educativa são vistas de ângulos diferentes, em função de interesses de classes ou de grupos. Há formas antagônicas de ver a verdade – a dos dominantes e a dos dominados. Ocultar ou (des)ocultar verdades não é uma prática neutra. Daí que, para a conscientização do sujeito ser efetiva todo método educativo deve, inicialmente, propiciar uma reflexão sobre o que será ensinado, focando sempre em colocá-lo como sujeito de transformação de sua realidade e não como objeto meramente manipulado pela ação da realidade.

Os conteúdos, os objetivos, os métodos, os processos, os instrumentos tecnológicos a serviço da educação variam de acordo com o espaço e tempo. Como possível protagonista na construção das identidades, o currículo se torna instrumento

de disputa entre classes e grupos sociais como uma estratégia de manutenção de poder e de privilégios através da educação.

É, portanto, através do currículo que os projetos de educação entram em disputa e podem assumir o papel de autorizar ou desautorizar, legitimar ou deslegitimar, incluir ou excluir. É através desta dialética que os sujeitos são levados a se produzirem de formas particulares e suas identidades colocadas em encontro/confronto com representações, eixos distintos e relações de poder, promovendo a interpelação entre o currículo e os sujeitos (ALTHUSSER, 1983).

Para Arroyo (2014) a renovação dos currículos tem passado por dois movimentos, de um lado, trazer novos conhecimentos de cada área e, de outro, reconhecer e incluir os conhecimentos que surgem das experiências sociais e dos questionamentos dos sujeitos docentes e discentes. O currículo pensado em se reconhecendo a pluralidade de saberes, de conhecimento, e a pluralidade epistemológica e cultural do nosso mundo e as que chegam nas escolas por seus sujeitos que produzem rica diversidade de experiências, de identidades, indagações intelectuais, culturais, morais e de conhecimentos, colocando-se em diálogos horizontais com os conhecimentos sistematizados nos currículos. E isso não se materializa sem considerar, continua Arroyo, que o primeiro direito ao conhecimento de todo ser humano é o de se conhecer, saber-se no mundo, o direito a se entender nas relações de classe, nos padrões de poder, de trabalho, de apropriação-expropriação da terra, do solo, da renda pública. Espera-se, portanto, que seja garantido a esse ser humano em desenvolvimento constante, o direito de se conhecer nessa história social, econômica, cultural e política.

Pode-se dizer que essa história, uma vez conhecida e seguindo o curso da sua construção, na perspectiva que sugerimos aqui, apontaria para a construção de uma prática educativa libertadora, para a qual é necessário superarmos a compreensão mecanicista da história,

percebendo de forma dialética as relações entre consciência e mundo, implica necessariamente uma nova maneira de entender a História. A História como possibilidade. Esta inteligência da História, que descarta um futuro predeterminado, não nega, porém, o papel dos fatores condicionantes a que estamos mulheres e homens submetidos. Ao recusar a História como jogo de destinos certos, como dado, ao opor-se ao futuro como algo inexorável, a História como possibilidade reconhece a importância da decisão como ato que implica ruptura, a importância da consciência e da subjetividade, da intervenção crítica dos seres humanos na reconstrução do mundo. Reconhece o papel da consciência construindo-se na práxis; da inteligência sendo inventada e reinventada no processo e não como algo imóvel em mim, separado quase, de meu corpo. Reconhece o meu corpo como corpo consciente que pode mover-se criticamente no mundo como pode “perder” o endereço histórico. Reconhece minha individualidade que nem se dilui, amorfa, no social nem tampouco cresce e vinga fora dele. Reconhece, finalmente, o papel da educação e de seus limites (FREIRE, 2001: 47).

A perspectiva que nos aponta Freire (2001) indica um compromisso com a construção de uma realidade que, a rigor, não é determinada por um fluxo que prescinde das relações sociais, nas quais o coletivo e o individual estão em constante interação, conflito, síntese, numa dinâmica que, por vezes, sofre da imposição do poder dominante do capital ou dos interesses de produção vinculados a ele.

O currículo nos faz ser o que somos no âmbito educacional, argumenta Silva (1996). A educação e o currículo devem ter um vínculo com o trabalho e a produção, porém não isso deve significar o atrelamento da educação à presente organização do trabalho capitalista e o trabalho e a educação devem sim estarem vinculados, primeiramente, aos objetivos mais amplos de construção de uma democracia política e econômica. A discussão pública e democrática precede a construção coletiva acerca dos contornos da educação e do currículo que se deseja.

A construção das identidades na educação, considerando as relações sociais mais amplas, de produção ou não, passa, portanto, pelo currículo educacional, que apresenta em sua constituição um bojo de símbolos e significados de grupos sociais. As narrativas presentes nos currículos são seletivas e reproduzem a estrutura social existente, ocasionando a seleção de determinados grupos sociais a serem representados e de outros que têm suas representações, totalmente ou em grande parte, excluídas (SILVA, 1996).

A construção da identidade não é determinada sob as mesmas condições para meninos e meninas (REIS; GOMES, 2011) e é necessário compreender que o gênero perpassa nossos pensamentos, nossa linguagem e nossas ações, inviabilizando as medidas para igualdade no contexto da construção da cidadania.

Através da educação, dependendo do currículo posto (vencedor da disputa pelo processo educativo) se solidifica um sistema de discriminação e exclusão, não só entre os sexos, diga-se, mas pautado em estereótipos que definem o que é ser homem e/ou mulher. Tais projetos educacionais encontram nas instituições sociais, como família e escola, um ambiente propício a perpetuação de valores históricos e culturais, reproduzindo o feminino e o masculino como categorias opostas, discriminatórias, excludentes e hierarquizadas.

Com base em Pino (1997), o sistema escolar não é somente reflexo da organização social, mas também contribui, fundamentalmente, para reproduzir a estrutura social. Não é possível pensar a reprodução da estrutura social sem relacionar este fato à estrutura econômica, existindo uma determinada identidade entre educação e processo produtivo, sendo que, na formação social contemporânea, particularmente a ocidental, o projeto educacional é um dos determinantes para a constituição do gênero e das relações sociais no mundo do trabalho.

3 RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO/GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO

O conceito de gênero é amplamente difundido pelos movimentos feministas, para responder e fornecer uma compreensão sobre as representações de feminino e de masculino, dentro do contexto de sexo social, baseados sobre o olhar de uma construção, onde o primordial é como o ser sente e se apresenta socialmente, através de comportamentos, valores, posturas e ações, extrapolando assim o determinismo do sexo biológico. Esse movimento procura mostrar como as distinções entre feminino

e masculino estão presentes na esfera social e na relação entre os sexos. Tais relações pressupõem a existência de vários tipos de dominação - econômica, política, cultural, geracional, étnico-racial e de gênero - que abarcam uma dimensão simbólica que cimenta e reproduz a subordinação (SCHABBACH, 2020).

Ângela Davis (2013) relata a opressão racista e de dominação sexista no discurso de Soujoner Truth, no qual um homem argumenta que “era ridículo que as mulheres desejassem votar, quando não podiam sequer atravessar uma poça de água, ou entrar numa carruagem sem ajuda de um homem”. Truth rebateu esse argumento do homem dizendo

[...] que ela nunca foi ajudada a atravessar poças de água nem a entrar em carruagens “e não sou eu uma mulher?”. Com uma voz de trovão, ela disse “olhem para mim, olhem para os meus braços”, e enrolou as suas mangas para revelar os tremendos músculos dos seus braços. “Eu lavei, plantei, e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me! E não sou eu uma mulher? Podia trabalhar tanto e comer tanto como um homem - quando podia fazê-lo - e suportar o chicote também! E não sou eu uma mulher? Dei a luz treze crianças e vi a maior parte delas serem vendidas para a escravidão, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E não sou eu uma mulher?” (DAVIS, 2013: 50).

Soujoner Truth derrotou o argumento masculino de que a mulher é submissa e um “sexo frágil” na busca de combater a construção social que naturaliza o homem como eixo central da sociedade e que por isso a mulher deve servir e ser dominada pelo mesmo. Esse processo de enfrentamento é uma forma de fuga das condições de dependência e opressão.

A percepção do gênero, da cor/raça e da classe pode ser feita através da consubstancialidade. Para isso, é fundamental compreender como se dá a apropriação do trabalho de um grupo por outro, o que nos obriga a voltar às disputas (materiais e ideológicas) das relações sociais. A consubstancialidade é, então, uma forma de leitura da realidade social, através do entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca (KERGOAT, 2010).

Essas relações sociais mostram-se como antagonicas e conflituosas entre o homem e a mulher com uma tensão que atravessa o campo social em torno da questão estrutural do trabalho e sua divisão sexual desigual e segregacionista, portanto na perspectiva do feminismo materialista (KERGOAT, 1996). Exprime uma organização da sociedade e repartição laboral, baseada na exploração e na opressão. A exploração é expressa pelas relações de produção (HIRATA; KERGOAT, 2007) e a opressão é oriunda de um imaginário construído socialmente que subordina a mulher ao homem e a inferioriza nas relações do trabalho (CHIES, 2010).

A divisão sexual do trabalho é uma divisão de tarefas, de acordo com o sexo, que varia entre as culturas, mas, universalmente, institui funções diferenciadas a homens e mulheres (PISCITELLI, 2009). Analisar o trabalho em termos de sua distribuição entre os sexos permite demonstrar que existe uma relação social específica entre os grupos de homens e mulheres. É essa análise que permite provar,

a partir da repartição do trabalho assalariado ou do trabalho doméstico, que as separações entre os sexos não são redutíveis a uma complementação de tarefas entre homens e mulheres, ou a uma maior ou menor exploração ou a uma divisão desigual, mas que “[...] se trata de um tratamento contraditório segundo o sexo. Enfim, de uma análise da relação social específica à variável sexo” (KERGOAT, 2002, p.50).

Para Brito e Oliveira (1997, p.252), a divisão sexual do trabalho recria a subordinação e a desigualdade das mulheres no trabalho, existentes também nas outras esferas do social. Portanto, a divisão sexual do trabalho é a base das relações sociais de sexo e, podem influenciar, consideravelmente, na identidade da mulher no trabalho.

Para avaliar a questão de gênero que permeia a história da mulher e a constituição da sua identidade é necessário discutir a formação das diferentes identidades sociais, como as relações de poder são envolvidas nessa formação e quais relações de dominação/subordinação são desencadeadas pelas diversas identidades sociais (SILVA, 1996).

No âmbito educacional, as evidências de que as meninas estão superando os meninos na escolarização nem sempre indicam uma reversão da desigualdade de gênero. Os resultados educacionais tendem a não compensar desigualdades nos mercados de trabalho, que continuam favorecendo os homens, tendo muita relação com o projeto educacional vigente. Há muitos exemplos indicando que as alunas não conseguem converter suas vantagens acadêmicas em maior igualdade noutras esferas sendo que, para terem sucesso, as mulheres muitas vezes precisam atingir níveis bem mais altos do que os homens (REIS; GOMES, 2011).

No âmbito da socialização, a desigualdade entre homens e mulheres é perceptível ao considerarmos o trabalho doméstico e os cuidados necessários com os filhos. Durante muitos anos o espaço público¹ foi ocupado apenas por homens, as mulheres era reservado o espaço privado - domiciliar e ligado ao *care*² -, relacionado ao imaginário societário da identidade social feminina.

No mundo do trabalho, a identidade profissional é delimitada como uma identidade social particular ligada ao lugar da profissão e do trabalho no conjunto social, sendo que a construção da(s) identidade(s) depende do retorno de informações vindo dos outros. No que corresponde à identidade profissional, a educação tem um papel central de realizar a ponte e a conexão entre as diversas identidades sociais constituídas no âmbito da socialização e apresentar as possibilidades profissionais sem inibir ou banir as subjetividades.

Assim sendo, as relações sociais expressas pela divisão sexual do trabalho impacta as relações da mulher e do homem com a educação, a sociedade e o trabalho. As construções das identidades sociais são decorrências destas interações, sendo necessário perceber como a construção da identidade da mulher ocorre no mundo do trabalho.

4 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO

¹ Tendo como base a compreensão de “res publica” do latim, refere-se aqui como espaço público o âmbito da vida pública, externa a vida pessoal/domiciliar. Caracteriza-se este espaço como o acesso e permanência no trabalho, educação e garantia da vida em sociedade.

² Refere-se a educação e ao cuidado (HIRATA; GUIMARÃES, 2012).

Historicamente, a inserção no mundo do trabalho é distinta entre homens e mulheres, evidenciando assim a divisão sexual do trabalho como categoria para compreensão do processo de constituição das práticas sociais permeadas pelas construções dos gêneros a partir de uma base material (CARVALHO et. al., 2008; KERGOAT, 1996).

Esta distinção é evidenciada em estudos que apontam uma construção da identidade masculina em torno do trabalho produtivo e do reconhecimento social, enquanto a identidade feminina é construída, ainda hoje, pelo reconhecimento doméstico e pelo trabalho reprodutivo (VALLE, 2002).

Um relevante exemplo histórico foi mapeado por Isabel Bilhão (2008), ao investigar o operariado de Porto Alegre/RS entre os anos de 1898-1920. O caso de inserção de mulheres no trabalho operário porto-alegrense é apresentado no contexto da primeira república do Brasil, conhecida como República Velha (BOENAVIDES, 2017) que perdurou nos anos seguintes à abolição da escravatura e proclamação da república. Neste período, a característica dos trabalhadores eram de homens europeus (PESAVENTO, 1988) promovendo assim uma ordem masculina (BOURDIEU, 1998) que ocasionava um mundo do trabalho onde o papel de gênero estava longe de ser igualitário.

A inspiração das revoluções proletárias no final do século XIX reforçava a identidade masculina, através de características como a valentia, o uso da força e a participação massiva (para não dizer universal) no movimento operário e na organização de greves (BILHÃO, 2008), atos grevistas esses, que demonstravam uma classe operária construída sobre valores e códigos masculinos mesmo em um momento de abertura e inserção das mulheres. Foi também no final do século XIX que se deu a inserção das mulheres como profissionais da educação com o surgimento das Escolas Normais (FAGUNDES, 1999).

A presença das mulheres no trabalho reforça a dominação capitalista que é evidenciada pela desigualdade da mulher em relação ao homem (PETERSEN, 1986). A expansão do trabalho industrial foi um motivador de utilização de mão-de-obra feminina, principalmente na indústria têxtil, alimentícia e fora da indústria no setor educacional, sendo uma evidência da expansão da identidade feminina atrelada aos trabalhos de cuidado e oriundos de uma vida doméstica. Todavia, mesmo com a inserção no trabalho, as mulheres sofrem com as desigualdades e tendem a ter seu trabalho “confinado aos lares, onde a mulher está mais 'protegida', restrita às atividades reprodutivas e domésticas” (CARVALHO et. al., 2008, p. 432).

No anos iniciais do século XX, a imagem da mulher era vinculada a uma superioridade espiritual que concedia ao sexo feminino a capacidade de maternidade, guarda do lar e a instrução dos filhos (BILHÃO, 2008) sendo isso utilizado como subterfúgio para as mulheres exercerem o papel de educadoras e, de preferência, sem acesso à vida pública e ao trabalho produtivo. A grande transformação ocorreu nesta virada do século XIX para o século XX, momento em que foi inevitável o reconhecimento das mulheres no mundo produtivo e no movimento operário devido ao aumento consubstancial de mulheres trabalhadoras.

A presença das mulheres no mercado de trabalho desvinculou a identidade profissional da identidade masculina, conferindo às mulheres virtudes como a coragem e outras através de sua prática no trabalho (BILHÃO, 2008). Todavia, não

podemos negar que por muitos anos a ideia de trabalho produtivo estava, diretamente, ligada à identidade de gênero, fazendo com que a mulher fosse assinalada por uma visão social, predominantemente masculina, burguesa, da identidade das mulheres trabalhadoras sem “sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual” (RAGO, 2012, p. 579).

A atuação das mulheres nas atividades vinculadas ao cuidado e a reprodução do contexto doméstico no mundo do trabalho levou à construção de estereótipos e menosprezo social, principalmente na presença da mulher na educação, sendo que as profissões feminizadas e familizadas³ (YANNOULAS, 2013) são desprovidas de prestígio social, bons salários e condições adequadas de trabalho (FAGUNDES, 1999).

A emancipação feminina que ocorre na contemporaneidade, principalmente após os anos 70 do século XX, é confrontada com a imagem e a identidade da mulher vinculada ao lar e ao cuidado (VALLE, 2002). Mesmo em uma sociedade mais democrática em que o acesso ao mercado de trabalho é tido como igualitário, tanto a distribuição quantitativa das ocupações quanto a distribuição das ocupações de mais prestígio social e valorização econômica possui a predominância masculina (CARVALHO et. al., 2008; KERGOAT, 2009). A mudança dessa realidade perpassa por uma nova compreensão da divisão sexual do trabalho e por uma nova constituição identitária da mulher.

Em se tratando da constituição da identidade, segundo Hall (2005), é preciso discuti-la no processo histórico a partir de três concepções: o sujeito iluminismo (centrado, racional e unificado), o sujeito sociológico (formado pela relação eu-mundo) e o sujeito pós-moderno (provisório, variável e problemático). Na contemporaneidade, o sujeito pós-moderno não é compreendido por uma identidade fixa, essencial ou permanente. Desta forma, a identidade é

definida historicamente, e não biologicamente. **O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos**, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2005: 13, grifo nosso).

A identidade é construída, socialmente, de forma dinâmica e, na dimensão profissional, é colocada em choque com uma identidade estática proveniente da cultura organizacional e do modo de fazer que, muitas vezes, está dado e que possui pressupostos bem definidos - majoritariamente, definidos por homens atrelados à identidade masculina.

³ Conforme Yannoulas (2013) familização possui significado quantitativo, refere-se ao aumento das mulheres na composição de mão de obra. Já a feminização possui significado qualitativo, refere-se às transformações nas ocupações, vinculadas às práticas sociais e simbólicas.

De acordo com Chies (2010), as questões que envolvem as identidades profissionais podem ser visualizadas sob dois focos principais: a “identidade de uma profissão” e a “identidade profissional de um indivíduo”.

A identidade de uma profissão com sua configuração histórica como área feminina ou masculina, seu status adquirido, as atuais transformações, dentre outros aspectos, é indissociável da identidade profissional que um indivíduo que se expressa como integrante de um grupo representativo dessa profissão (CHIES, 2010). A autora apresenta um encontro da identidade de uma profissão com a identidade profissional de um indivíduo ao exemplificar que

uma mulher que escolhe uma profissão, que teve em sua origem e desenvolvimento uma caracterização masculina, deverá possuir os atributos valorizados no contexto de trabalho dessa carreira e a esses ela deverá se adaptar, pois esses aspectos normalmente são estimulados ou mesmo dirigidos somente aos homens em sua educação (CHIES, 2010: 526).

Com isso, a mulher depara-se no mercado de trabalho com uma sobreposição de configurações identitárias, recaindo sobre ela os processos discriminatórios. A sociedade de forma geral impõe às mulheres uma rígida identidade, pautada em uma construção masculina, e apresenta modelos de comportamento e formas de atuação no trabalho que contradizem a expressão identitária que as mulheres apresentam em seu desenvolvimento de carreira. Neste processo constata-se que há um distanciamento entre a “identidade para o outro e a identidade para si” (ELZA NADAI, 1991; BRUSHINI; LOMBARDI, 1999; SORJ, 2004).

Portanto, para estabelecer elementos possíveis para uma nova identidade social da mulher é importante relacionar os processos educativos, as relações sociais de sexo e a identidade.

5 PARA UMA NOVA IDENTIDADE SOCIAL DA MULHER: DA ALIENAÇÃO À MUDANÇA DE CONSCIÊNCIA

É evidente, na formação social em que vivemos, a existência de uma disputa de poder no processo educativo materializado e sintetizado pelo currículo que, historicamente, expressa conhecimentos sociais, científicos e artísticos em uma perspectiva, predominantemente, masculina. Através dos variados processos educativos é que são formadas as consciências, como forma de “representação mental (subjéctiva) de uma realidade concreta e externa (objéctiva), [...] através de seu vínculo de inserção imediata (percepção)” (IASI, 2007, p.14).

A predominância de representação de classes sociais, gêneros e grupos étnicos-raciais dominantes no currículo é sustentada pela necessidade de formar as consciências para as vivências de relações pré-estabelecidas como uma realidade dada e que influencia as percepções dos sujeitos para que seja uma realidade dada, naturalizando seu contexto histórico e cultural (IASI, 2007). Por exemplo, as consciências (representações pessoais) das mulheres são construídas e sustentadas por uma realidade externa e imediata (concepções de mundo) que evidencia as

classes dominantes, alterando assim sua percepção do real e levando a mulher a acreditar que a sociedade sempre foi e sempre será machista e patriarcal. E parte dessa crença mostra-se, no mais das vezes, de forma naturalizada.

Na perspectiva de construção de uma nova identidade social da mulher, os projetos educacionais precisariam apresentar uma realidade objetiva que seja o mais próxima, possível, do real (considerando a presença efetiva da mulher no mundo do trabalho produtivo). Para isso, uma estratégia plausível, a “descolonização do currículo supõe, evidentemente, o projeto, a construção e a elaboração de novos materiais que possam refletir as visões e representações alternativas dos grupos subordinados” (SILVA, 1996, p. 207).

Para que os projetos educacionais possam contribuir com uma nova imagem social da mulher, a transformação dos currículos na educação básica, profissional e tecnológica/superior para a construção de identidades sociais que inclua a perspectiva feminina evidenciando, assim, uma mudança também nas relações sociais entre homens e mulheres, é algo a ser considerado, não de forma alternativa ou possibilidade remota, mas como realidade concreta e a ser enfrentada.

Se os projetos educacionais contribuem para a modificação das relações sociais de sexo, o conceito de gênero possui uma historicidade relevante para compreender a construção dos sentidos e dos significados relacionados à feminilidade e à masculinidade, podendo justificar a forma como hierarquizamos e reproduzimos a dominação masculina. É através das relações concretas entre os homens e as mulheres que é gerada a consciência, também destas com a natureza, nas intersubjetividades, incorporando representações mentais de consciência (IASI, 2007) que influenciam a construção da identidade.

Os diversos estudos que apontam uma diferenciação da educação, sob a perspectiva dos sexos, seja evidenciada nas diferenças de trajetórias escolares entre meninos e meninas⁴, nas escolhas de carreiras⁵ e nas relações entre escola e família diferenciadas por sexo⁶, nos ajudam a problematizar que, o que vem sendo ensinado nas escolas possui conteúdos diferentes para homens e para mulheres, favorecendo que os sujeitos façam seu exercício de consciência tornando-se parte de um contexto generalizado, no qual essa consciência passa a expressar alienação, tal como pode ser entendido em Iasi (2007). A alienação da consciência, aqui, inibe a percepção da opressão como uma dimensão complementar à exploração sofrida pelas mulheres no trabalho, o que precisa ser amadurecido e superado nesse ambiente, por meio de um estudo e de uma reflexão críticos da sua prática, indicando “elementos de seus futuros impasses e superações” (IASI, 2007, p. 12).

No aspecto do trabalho, continua Iasi (2007, p. 13), “a partir da diversidade de manifestações particulares, podemos encontrar uma linha universal quando falamos de consciência de classe”. Um novo padrão da divisão sexual do trabalho, no sentido de romper com a lógica estabelecida, historicamente, de identidade profissional associada à identidade masculina e ao trabalho reprodutivo destinado (via de regra) às mulheres, seria construído por meio de uma construção coletiva, exatamente, dessas mulheres, uma vez colocados os elementos e referenciais de conscientização, de indução, de ferramentas relacionadas à luta inerente nessa construção.

⁴ Gaudêncio (2020) e Moreno (1999), dentre outros.

⁵ Hirata (2003), Lopes; Quirino (2017), Bicalho; Maia; Quirino (2020) e Quirino (2015).

⁶ Reis e Gomes (2011), Velho e León (1998).

Para romper com essa lógica, predominantemente masculina, a participação da mulher no mundo do trabalho implica na busca de uma nova construção identitária, nas lutas pela superação dessa lógica, que parece determinada na formação social atual. Para Butler (2019, p. 21), “não é possível que exista apenas uma identidade, mas identidades, no plural”, o que nos leva à constatação de que há sim, a necessidade de promover a subversão no campo da identidade. Ou seja, não é possível que haja a libertação, a menos que primeiro se subverta a identidade de(a) mulher como uma ação de tomada de consciência coletiva (IASI, 2007). Dito isso, resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas, culturais e laborais nas quais, invariavelmente, ela é produzida e mantida.

A identidade é compreendida pela formação de múltiplas formas de ser, que se sobrepõem e não eliminam uma ou outra e que são determinadas, constantemente, pelas relações sociais. Essas relações contemporâneas, das múltiplas e sobrepostas formas de identidade, permitem “a ascensão do trabalho tido como masculinizado, por exemplo, assim como as mais diferentes configurações familiares que rompem com o tradicional em suas consagradas atribuições aos papéis de gênero” (HALL, 2000, p. 16). Desta maneira, a construção das identidades profissionais foram, historicamente, vinculadas ao gênero masculino.

Com a presença das mulheres no mundo do trabalho, inicia-se a condução de uma nova construção teórica no que se refere às identidades por meio de ações e esforços coletivos para romper com a alienação e constituir reivindicações para a extinção das injustiças (IASI, 2007). No entanto, é importante salientar que só é possível a construção de uma nova consciência, dentro da formação social capitalista, de forma embrionária, sendo que, para além dessa formação, seriam as mulheres que “estudam a história [...] [deduzindo] delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas, etc.”, como nos diriam Marx e Engels (2010, p.107), aquelas que, em suas individualidades, historicamente situadas no seio das relações sociais, a modificar as relações estabelecidas e (re)escreverem uma narrativa de suas próprias vidas, de seus itinerários e de sua identidade profissional. E não só de si mesmas, mas também de outras a serem emancipadas no entendimento e na conscientização de gênero e de classe.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se aqui, nos limites deste texto, tratar dos conhecimentos sobre a relação social de sexo/gênero, abordando a identidade profissional e suas escolhas ou falta delas, juntamente com projetos educacionais em disputa no âmbito curricular, onde se instala uma crise que atravessa o campo social ao redor da questão do trabalho. Por enquanto, ainda é um tempo de apartação e desigualdade na divisão sexual do trabalho.

Para as mulheres, a realidade em geral é de segregação e, dentro do mundo dos homens, sua posição é comparável à de uma minoria oprimida. Aqui, procura-se situar a dimensão política nas próprias práticas significantes que criam, regulam e desregulam a identidade.

A contribuição para a construção de uma nova identidade social da mulher nos processos educativos, considerando a questão inicialmente colocada, está

interligada ao seu papel de contribuir para uma visão libertadora que forme sujeitos recriadoras(es) do mundo e de ultrapassar a educação tradicional que forma pessoas para serem espectadoras. Assim, é necessário que o currículo garanta uma produção de conhecimento do ser no mundo, na história, desvelando os padrões e as relações sociais de trabalho que se encontram, e são destinados com base nos domínios de classe, de gênero, de raça, dentre outras opressões. Essa garantia, partindo mesmo de uma perspectiva de descolonização, pode ser uma forma de fortalecer as resistências e ações por dignidade, justiça e equidade nas relações sociais e econômicas.

Dessa forma, considera-se necessário assumir uma atitude mais crítica e consciente não só da formação social na qual vivemos, mas também dela própria, lutando não só pela transformação do espaço no qual se vive, interrompendo, subvertendo e desestabilizando os mecanismos, sistemas, significados e representações impostos, socialmente, procurando a construção coletiva dos processos educativos com os grupos envolvidos, de fato, no processo educacional - docentes, discentes, trabalhadoras(es) da educação, pais, mães, demais responsáveis envolvidas(os) - na produção do conhecimento e das várias identidades sociais.

No âmbito da educação, é preciso também, garantir condições equivalentes para que todos os sujeitos (homens e mulheres) permaneçam no sistema de ensino e obtenham êxito, tanto na sua inclusão no mundo do trabalho, como na sua participação social de forma equitativa e justa.

No aspecto das relações entre os sexos, elas se mostram conflituosas e antagônicas, portanto atravessam também, de forma tensa, o campo social e estrutural do trabalho. A divisão sexual do trabalho classificada em trabalho produtivo ou reprodutivo aponta uma repartição de tarefas, feita de acordo com o sexo, e evidencia desigualdade e segregação, expressando uma organização laboral exploradora e opressora. Além disso, a divisão sexual tem influências consideráveis na identidade da mulher no mundo do trabalho. Essa identidade é carregada de subordinação, uma vez que estaria atrelada a várias imposições de ordem econômica, política, cultural, geracional e de gênero, as quais vão moldando e construindo, socialmente, o ser feminino, diante das desigualdades de gênero no trabalho.

Daí a emergência de uma nova divisão sexual do trabalho, que afaste a identidade profissional da sua definição com base na identidade masculina e que destina o trabalho reprodutivo como exclusividade das mulheres. A efetiva atuação e participação da mulher no mundo do trabalho, sua presença no mundo da produção, evidencia a necessidade de subverter as identidades construídas sob uma ótica masculina para a libertação das amarras que aprisiona e confere à mulher uma condição de inferioridade. Superar essa condição implica num esforço coletivo para romper com a alienação e dar um passo na construção, ainda que embrionária de uma nova consciência na sociedade. É necessário, portanto, uma mudança significativa nas relações sociais consubstanciadas nos tempos de existência e de construção da subsistências humanas, fundamentalmente pela conquista e pela luta ativas do protagonismo nas relações sociais pelas mulheres, na (re)escrita de suas próprias narrativas vida, de seus itinerários e de sua identidade, na construção efetiva de seus itinerários socioculturais, e não apenas "dando voz e vez" a elas, como se fosse mais uma concessão do masculino.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ARROYO, Miguel Gonzales. Os jovens, seu direito a se saber e o currículo. In: CARRANO, Paulo; DAYREL, Juarez; MAIA, Carla Linhares (Orgs.) **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BICALHO, T. E. F.; MAIA, E. H. G.; QUIRINO, R. Carreira profissional de homens e mulheres no setor de turismo: intersecção de profissão, carreira e divisão sexual do trabalho. **REVES - Revista Relações Sociais**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 16001-16011, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/10405>. Acesso em: 10 de abril de 2021.
- BILHÃO, Isabel. **Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)**. Londrina: EDUEL, 2008.
- BOENAVIDES, Débora Luciene Porto. Nem no convento, nem no cabaré, na imprensa operária: a ampliação das esferas discursivas da mulher trabalhadora na república velha. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, SC, v. 17, n. 3, p. 297-313, setembro/dezembro de 2017.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio. **Revista Estudos Feministas**, ano 3, p. 9-24, 1999.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CARVALHO, Ana Maria Almeida; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon; ALMEIDA, Maria Alice de; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural? **Paidéia**, v. 18, nº 41, p. 431-444, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade de gênero e identidade profissional no campo identidade profissional no campo de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n. 2, p. 507-528, maio/agosto de 2010.
- DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução livre pela Plataforma Gueto, 2013. Disponível em: joacamillopenna.files.wordpress.com/2017/08/davis-angela-mulher-raca-e-classe-cap-11-p-116.pdf. Acesso em 10 de abril de 2021.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. A mulher como profissional de educação: alguns aspectos de sua trajetória de formação. **Revista da FAGED**, n. 3, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- GAUDÊNCIO, Eliane Kelli. Relações de gênero e divisão sexual do trabalho: atuação das mulheres matemáticas na carreira acadêmica. In: **Simpósio Internacional Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade**, 8, 2020,

Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Appos, 2020. v. 1. Disponível em: sitre.appos.org.br/wp-content/uploads/2021/01/GT-28-Divisao-sexual-do-trabalho-e-relacoes-de-genero.pdf Acesso em: 10 de abril de 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HIRATA, Helena. Tecnologia, Formação Profissional e Relações de Gênero no Trabalho. **Revista Educação & Tecnologia**, n. 6, p.144-156, 2003.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Orgs.) **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.

HIRATA, Helena; KÉRGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KÉRGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Orgs) **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

KÉRGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

LOPES, Sabrina Fernandes Pereira; QUIRINO, Raquel. Relações de Gênero e sexismo na educação profissional e tecnológica. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 10, n. 36, p. 58-71, jul./dez. 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura**: textos escolhidos. Tradução de José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 1999.

NADAI, Elza. A educação de elite e a profissionalização da mulher brasileira na primeira república: discriminação ou emancipação. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 17, n. 1/2, p. 05-34, 1991.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX. **Revista de História**. Porto Alegre, n. 1, 1986.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero**: a história de um conceito. São Paulo: Berlendis Editores, 2009.

QUIRINO, Raquel. Relações de Gênero, Tecnologia e Formação Profissional de Mulheres no Segmento de Mineração. In: **37ª Reunião Nacional da ANPEd**, 37, 2015, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: 37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4518.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2021.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 579-606.

REIS, Ana Paula Poças Zambelli dos; GOMES, Candido Alberto. Práticas Pedagógicas Reprodutoras de Desigualdades: a subrepresentação de Meninas

entre alunos superdotados. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 19, n. 2, maio/agosto de 2011.

SALVAGNI, Julice. As caminhoneiras: uma carona nas discussões de gênero, trabalho e identidade. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 572-582, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidades Terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1996.

SORJ, Bila. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Orgs.) **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 143-148.

VALLE, Ione Ribeiro. Da “identidade vocacional” à “identidade profissional”: a constituição de um corpo docente unificado. **Perspectiva** [Florianópolis], v. 20, nº Especial, p. 209-230, jul-dez, 2002.

VELHO, Lea; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 309-344, 1998.

YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.) **Trabalhadoras**: Análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013.